

BALANÇA COMERCIAL AGRÍCOLA PARANAENSE: CONJUNTURA PÓS-CRISE FINANCEIRA DE 2008

Mirian Beatriz Schneider*
Rafael Henrique de Araújo**

Resumo

O objetivo deste artigo é demonstrar a importância do agronegócio do Paraná para a economia do Estado. Para tanto é realizado uma descrição detalhada das exportações do setor entre 2000 e 2013, além de comparações com o agronegócio a nível nacional. Esse período é marcado pela crise financeira de 2008 que afetou negativamente todas as economias, mas contribui para observarmos o comportamento do agronegócio em momentos adversos. Os resultados se revelaram surpreendentes, pois o agronegócio se recuperou mais rapidamente que o setor industrial além de ganhar *market-share* de produtos de maior valor agregado, mesmo em um cenário de elevadas barreiras comerciais.

Palavras-chave: comércio internacional; agronegócio paranaense; crise de 2008; barreiras comerciais.

Abstract

The objective of this article is to demonstrate the importance of Parana's agribusiness to State economy. To accomplish the objective it's done a detailed description of agribusiness exports between 2000 and 2013, besides comparisons with the national agribusiness. This period is marked by the 2008 financial crisis which negatively affected all economies, but contributes to observe the behavior of agribusiness in adverse times.

Keywords: international trade; Parana agribusiness; financial crisis (2008); trade barriers.

* Doutora em Processos de Integração Transnacional pela Universidad de León – Espanha. Professora Adjunta do Curso de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da UNIOESTE-Toledo. Pesquisadora do Grupo GEPEC. Bolsista Produtividade da Fundação Araucária. E-mail: mirian-braun@hotmail.com

** Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Pesquisador assistente de projetos ligados a agricultura brasileira, suas relações com o exterior e as políticas implementas no desenvolvimento do setor. E-mail: rafaelharaujo@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Atualmente o comércio internacional responde por uma fatia relativamente importante da economia de todos os países, inclusive a dos países mais fechados ao exterior como a China, ou mesmo o Brasil. Através dos fluxos comerciais, os países financiam a compra de mercadorias ou ainda, tornam o país atraente no cenário internacional para captar investimentos na economia doméstica, caso do Brasil.

O mundo capitalista experimentou um volume crescente do comércio inter-países após a criação do GATT (General Agreement on Trade and Tariffs) em 1947, não por acaso, pois o GATT se tornou um marco regulatório com intuito de diminuir o protecionismo comercial, instigando os países que tinham por objetivo buscar novos mercados no âmbito internacional.

A reestruturação da economia mundial como reflexo do New Deal no EUA e o Welfare State na Europa, planejados como resposta a crise de 1929 e instaurado durante e após a II guerra mundial, desencadearam um desenvolvimento econômico ainda não visto na história, apoiado no desenvolvimento econômico, social e institucional dos países que culminou em uma nova ordem no âmbito internacional.

Esse novo paradigma se consolidou após a Rodada de negociações interministeriais do Uruguai com a criação da Organização Mundial de Comércio (OMC) em 1995. A OMC se tornou um órgão supranacional cujo objetivo é de elevar os fluxos comerciais diminuindo o protecionismo e evitando o neoprotecionismo, além de regular as disputas comerciais e

restringir ações desleais e comportamentos viesados dos agentes envolvidos.

A OMC regula as disputas comerciais levando em consideração duas cláusulas básicas: favorecer as Nações em desenvolvimento e garantir maior acesso a mercados por parte destas. Teoricamente, esse fato permite que as nações em desenvolvimento conquistem novos mercados, possibilitando um incremento de suas vendas ao exterior, financiando as importações, principalmente de bens de capital, assim como atração de divisas para investimentos em infraestrutura e capital social básico.

Em conjunto à busca internacional por um comércio internacional mais amplo e abrangente, no caso do Brasil, houveram fatores internos que possibilitaram um incremento do comércio com o exterior: a abertura do mercado com o Plano Collor, o controle da inflação com o Plano Real e a estabilidade macroeconômica instaurada por Fernando Henrique Cardoso que permitiram investimentos de longo prazo no país. A abertura econômica e a reforma monetária foram fundamentais para o processo de desenvolvimento econômico do Brasil, pois o atrofiamiento da economia que se configurou durante a década de 80, restringiu a competitividade de todos os setores da economia.

Entretanto, é histórica a dependência do Setor externo brasileiro com relação às divisas internacionais, principalmente por parte do setor agrícola, responsável por atrair divisas para o país e financiar o processo de desenvolvimento econômico em nível regional e nacional. À exceção das décadas de 50, 60 e 70, nas quais o setor industrial foi o carro chefe da economia brasileira, suportado por volumosos subsídios e protecionismo governamental, o setor agrícola é o mais

dinâmico da economia. Isso é evidenciado nos momentos adversos, como a crise de 2008, onde o setor industrial sofreu uma queda de 37% das exportações e o setor agrícola apenas 22% e, também se recuperando mais rapidamente que o setor industrial que até os dias atuais apresenta projeções duvidosas devido ao comprometimento da sua competitividade (SECEX/MDIC, 2013).

Seguindo a tendência nacional, o desenvolvimento regional também se configurou dessa forma, ou seja, é catalisado pelo setor agrícola ou o agronegócio, no caso do Estado do Paraná essa liderança da economia pelo agronegócio é ainda mais evidente, pois em 2013 o agronegócio foi responsável por 74% das exportações do Estado (Agrostat – MAPA, 2014).

Além disso, o saldo do agronegócio paranaense gira em torno de US\$ 11,6 bilhões, divisas que financiam o desenvolvimento econômico do Estado. Essas divisas são direcionadas para os investimentos em infraestrutura, educação, saúde, habitação e permite que o Estado destine, em forma de subsídios, recursos para o setor industrial.

2. BENEFÍCIOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

As análises acerca das relações comerciais entre países é um dos ramos mais antigos da economia internacional, pois as relações econômicas entre as nações baseavam-se nas trocas de mercadorias e, entender com profundidade a relação entre comércio e a formação da riqueza nacional se tornou necessário.

Existem diversas teorias acerca das causas e efeitos do comércio internacional sobre a economia doméstica, entretanto, podemos seguir uma linha teórica. Segundo Gonçalves (1998), as ideias mercantilistas

levam a entendermos que quanto maior o valor de mercadorias exportado maior seria a riqueza do país, pois haveria um saldo positivo da balança comercial, que seria em metais preciosos. Esse superávit determinaria que sua moeda se valorizasse no exterior barateando ainda mais as importações, portanto, as exportações deveriam ser incentivadas.

Já David Hume percebe que a relação da balança comercial com o estoque monetário é o inverso, ou seja, quanto maior o saldo positivo da balança comercial, maior a entrada de metais preciosos, que por sua vez terminam por desvalorizar a moeda, pois se há aumento da oferta de um bem *coeteris paribus* há redução do preço. Apesar de as teorias serem simples, elas permeiam os manuais de estudos da economia internacional até os dias de hoje, integrando a base da doutrina econômica.

Para justificar o comércio entre duas nações, Adam Smith (1873) descreve que se houvesse diferença no tempo de trabalho empregado para a produção de duas mercadorias, o comércio internacional seria vantajoso para os dois países. Isso se deve ao fato de aumentar a produtividade através da especialização na produção, ainda haveria um ganho de bem estar para a população devido ao emprego racional dos fatores de produção.

David Ricardo estendeu esse modelo e chegou ao conceito das vantagens comparativas, conceito utilizado até os dias de hoje e que explica grande parte dos determinantes das características da pauta exportadora de um país. As vantagens comparativas, segundo Kenen (1998), é a diferença sistemática entre “estruturas” de custos e preços para produzir uma mercadoria, que por sua vez, justifica que o comércio bilateral é sempre mais vantajoso que uma autarquia.

Esses modelos foram ampliados pelos autores neoclássicos que, testam e

explicam essas teorias com linguagem matemática. Os teoremas de Heckscher-Ohlin, Teorema da Equalização dos preços dos fatores, Teorema de Stolper-Samuelson e o Teorema de Rybczynski, assumem algumas premissas para teorizar o conceito das vantagens comparativas de Ricardo baseada nas vantagens absolutas de Smith.

De forma genérica e rudimentar os modelos neoclássicos de comércio internacional indicam que o fator de produção mais abundante domesticamente deve ser utilizado de forma intensiva para o país ser competitivo no comércio internacional. Além disso, é importante ressaltar que em um modelo de livre comércio, haveria um ganho líquido de bem estar pela população, pois haveria uma equalização dos preços dos fatores, ou seja, a remuneração destes tenderia ao equilíbrio entre todas as economias assim como os preços das mercadorias.

O fato é que o comércio internacional é benéfico a todos os países,

“O comércio proporciona benefícios, permitindo que os países exportem produtos cuja produção faça uso relativamente intenso de recursos que são abundantes localmente, enquanto importa produtos cuja produção faça uso intenso de recursos que são escassos localmente” (KRUGMAN OBSTFELD, 2001, p. 4).

Entretanto, segundo Krugman (1998), a competitividade no âmbito internacional não é determinada somente pela eficiência na produção de um produto, derivada da especialização na produção que seja fruto do uso intensivo do fator de produção abundante ou, a especialização de Adam Smith. Mas também possui como determinante a relação política de um país com o outro, ou melhor, dizendo, o volume de comércio de um país possui relação direta

com os acordos de comércio bilaterais, plurilaterais ou multilaterais.

2.1 As Barreiras Comerciais

Em contraposição ao que trata a teoria convencional do comércio internacional, a intensidade dos fluxos de comércio entre países é fortemente regulada pelas barreiras comerciais, que segundo Castilho (1994) se dividem em barreiras tarifárias e não tarifárias. As tarifas são a forma mais antiga de protecionismo comercial e tem efeito análogo ao de um imposto, pois gera uma renda para o governo, podem ser específicas (sobre um produto) ou *ad valorem* (sobre o valor).

Krugman e Obstfeld (2001) chamam a atenção para o fato de as tarifas vêm perdendo importância relativa ao longo dos anos, pois a busca pelo multilateralismo com o GATT e a OMC passa necessariamente pela redução destas. Entretanto, os governos desenvolveram outras formas de restringirem o comércio internacional, através de medidas não tarifárias buscam reduzir as importações, sendo utilizadas principalmente pelas nações industrializadas.

Busca-se restringir as importações de bens com base em critérios específicos, tais como técnicos, sanitários, fitossanitários, ambientais, laborais, quotas, dentre outras. Ainda há os subsídios que são contribuições financeiras fornecidas pelo governo aos produtores, por exemplo, a fim de beneficiar setores ou produtos específicos (ICONE, 2013).

As barreiras não tarifárias têm como característica incidirem principalmente sobre os produtos agrícolas, não por acaso, pois em momentos adversos as economias industrializadas às utilizam para reduzir o nível de importações de alimentos e assegurar a renda do produtor

doméstico. Dessa forma, há uma transferência de renda do setor mais dinâmico (setor industrial) para o setor menos dinâmico (setor agrícola). Entretanto, o consumidor final é prejudicado, pois tem de pagar um preço mais elevado por alimentos, dado que o preço dos produtos agrícolas nacionais dos países industrializados é mais elevado que os produtos importados.

3. O AGRONEGÓCIO NA ATUALIDADE

Em se tratando de setor agrícola, as políticas comerciais são mais agressivas, pois a segurança alimentar é item chave de qualquer planejamento econômico. O protecionismo exacerbado sobre o Setor é um resquício das duas grandes guerras mundiais do Séc. XX e ainda perdura até os dias de hoje, principalmente em tempos de crises do sistema capitalista.

Entretanto, o agronegócio na atualidade vem demandando novas políticas no âmbito comercial. Após a revolução verde da década 50 que alavancou a produtividade da agricultura; uma abordagem teórica mais aprofundada por John Davis e Ray Goldberg que deram uma visão sistêmica ao Setor; esses fatos aliados a globalização determinaram a integração global das cadeias alimentares. Desse forma o agronegócio se revelou ser de extrema importância a todos os países determinando um tratamento diferenciado com relação às políticas destinadas ao Setor.

Desde o início da década de 1990 o agronegócio vem se desenvolvendo em um cenário mais dinâmico tanto em nível nacional quanto internacional. Em um ambiente de maior integração dos mercados no âmbito internacional, fruto dos planos neoliberais de Margareth Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos na década de 1980. A política

neoliberal afetou as estratégias públicas e empresariais assim como a determinação de preços e margens pelas empresas do ramo agroindustrial. Esse fato demandou novos arranjos institucionais e empresariais para dar suporte compatível às necessidades do Setor.

Explicitando essa mudança, Lourenço (2002) descreve que a demanda do consumidor antes habituada com o consumo massificado, passou a exigir mais opções e variedades, demandando mudanças pelo lado da oferta. As agroindústrias passaram a buscar a inovação através da diferenciação dos produtos alimentícios, visando a praticidade e a busca por alimentos mais saudáveis, que por sua vez alavancou as receitas do Setor. Isso instigou ainda mais o desenvolvimento de produtos finais ao consumidor, como a linha de produtos light, diet, cortes especiais de carnes, alimentos com reduzido teor de gordura e uma infinidade de produtos para micro-ondas.

Essa dinâmica internacional gerou impactos amplificados sobre o agronegócio brasileiro, que até o início dos anos de 1990 se resumia a exportação de commodities. A abertura econômica ao exterior e a estabilização da economia por FHC permitiram a estruturação do setor agroindustrial e possibilitou que o Setor conquistasse mercados de produtos com maior valor agregado no exterior.

A busca do governo pela solidez da economia brasileira em um cenário internacional globalizado determinou um rearranjo do meio empresarial. Este que buscou a todo custo

“ajuste modernizantes nas estruturas de gestão e de produção das plantas fabris e organizações comerciais e de serviços, sob pena de comprometimento de suas condições de sobrevivência em um cenário repleto de novas e complexas exigências, e até incongruências, embutida na receita da

globalização” (LOURENÇO, et al., 2002, p. 11).

3.1 O Agronegócio Paranaense

O agronegócio paranaense apresenta algumas peculiaridades, principalmente pela velocidade do seu desenvolvimento. A ocupação do Estado se deu por completo na década de 20 e as ligações viárias entre o interior e as principais cidades na década de 1950. Entretanto a fertilidade do solo e a mão de obra familiar determinaram uma produtividade acima da média e formação de pequenas propriedades. A cultura do café e posteriormente a soja, produtos com potencial exportador, elevaram o Estado a ser reconhecido no cenário nacional.

Entretanto, para ganhar competitividade no cenário internacional, o agronegócio necessitou de uma rápida estruturação para superar o atraso no desenvolvimento da agricultura paranaense. Para tanto, o agronegócio do Estado passou por grandes fusões e concentrações de empresas, formação de associações e cooperativas com o intuito de obter ganhos de escala operacional e de produção. Esse caminho se mostrou necessário para suprir o déficit logístico existente e resistir à acentuada competição intercapitalista em um ambiente mais integrado mundialmente com rápidas transformações de consumo.

Caixeta-Filho (2010) justifica o rápido crescimento do agronegócio no Estado através dos investimentos de fornecedores de matéria-prima, armazenadores e indústrias de processamento que vem se agrupando em torno das zonas de produção agrícola, focalizando a redução de custo envolvidos no processo do supply chain dos Sistemas

Agroindustriais (SAG), mais especificamente os custos de transporte.

O agronegócio do estado surpreende, pois em um contexto de fronteira agrícola saturada, redução do financiamento público desde a década de 1980 e déficit relativo de infraestrutura logística, o agronegócio mais que dobrou seu volume exportado de 2006 a 2013, aumentando de US\$ 6,1 bilhões para US\$ 13,5 bilhões exportados. Em 2013, o agronegócio foi responsável por 74% de todo o valor exportado pelo Estado (Agrostat - MAPA, 2014).

A diversificação do Setor está estampada na página do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico:

“O Paraná é o maior produtor nacional de grãos, apresentando uma pauta agrícola diversificada. [...] A soja, o milho, o trigo, o feijão e a cana-de-açúcar sobressaem na estrutura produtiva da agricultura local, observando-se, em paralelo, forte avanço de outras atividades, como a produção de frutas. Na pecuária, destaca-se a avicultura, com 26,3% do total de abates do País. E nos segmentos de bovinos e suínos, a participação do Estado atinge 4,3% e 19,7%, respectivamente” (IPARDES, 2013).

A mudança estrutural da pauta exportadora do Estado, que até a década de 1990 se resumia a exportação de *commodities* e passou a exportar produtos finais mais elaborados e prontos para o consumo, evidencia que o agronegócio do Paraná caminha na direção correta. A busca por produzir produtos de maior valor agregado possibilita o acesso a novos mercados, assim como o aumento da produtividade eleva a competitividade do estado tanto em nível nacional quanto internacional.

Entretanto, o cenário internacional, que além de ser marcado por políticas comerciais mais agressivas, também se

mostra instável, pois a crise de 2008 teve impactos significativos sobre a renda dos produtores domésticos e afetou os investimentos no setor. Esses fatos culminaram em um retardamento do processo de desenvolvimento do agronegócio do Paraná.

4. A CRISE FINANCEIRA GLOBAL DE 2008

Segundo Bresser-Pereira *et al.* (2012), a crise de 2008 é a pior crise desde 1929. A vertente keynesiana descreve que a crise de 2008 foi reflexo da liberalização financeira implementada pela política neoliberal de 1980.

“[...] no contexto da revolução conservadora, liderada por Ronald Reagan e Margareth Thatcher – aumentou a liberdade das instituições financeiras de escolher onde e como operar, aí incluídos mercados que eram tradicionalmente reservados aos grandes bancos comerciais.” (CARDIM DE CARVALHO, 2008, p. 1)

À partir do momento que os especuladores começaram a agir no mercado imobiliário, através das instituições que antes eram limitadas a não operar nesse mercado, segundo Cardim de Carvalho (2008), um valor astronômico de empréstimos foi feito em hipotecas”.

As instituições flexibilizaram demasiadamente as normas para conceder tais créditos e, portanto, ceder empréstimos a pessoas que na verdade não tinham capacidade de quitar suas dívidas. As carteiras de empréstimos e financiamentos expandiram a uma velocidade não compatível com a expansão do setor real da economia. Com elevado montante de dívida de alto risco por parte da população, aliado a um momento de desaquecimento da

economia americana, o calote foi inevitável e ocorreu de forma sistêmica e generalizada.

“A crise tomou contornos sistêmicos a partir da falência do Lehman Brothers no EUA, em setembro de 2008. Essa falência acarretou a paralisação das operações interbancárias e a desconfiança dos investidores nos sistemas financeiros se espalhou” resultando em uma contração de crédito com alcance mundial (FARHI, 2012, p. 35).

Com a estrangulação dos canais de créditos e perda de riqueza por parte das famílias, resultado da desvalorização dos papéis comercializados e diminuição de gastos dos agentes, o círculo vicioso da pobreza está iniciado. Com menor poder aquisitivo, a população passa a demandar quantidades menores de produtos e de serviços.

O relatório de inflação Banco Central do Brasil (BCB) referente ao segundo semestre de 2009 descreve o ciclo da crise: a demanda retraída por bens e serviços acaba por elevar os estoques das empresas varejistas que, diminuem os pedidos aos atacadistas e por sua vez passam a diminuir o volume de pedidos às indústrias. Com a atividade industrial em declínio, as projeções do cenário econômico futuro são negativas, como reflexo, os investimentos em Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) são reduzidos. Quando reduzido os volumosos investimentos em FBKF há a desaceleração da economia.

Com o círculo da pobreza iniciado, o governo norte americano instaurou políticas monetária e fiscal expansionistas. Também passou a desestimular as importações como tentativa de reter renda para o mercado doméstico.

A desvalorização do dólar como tentativa de elevar o volume de exportações e o fechamento das “portas” para as importações afetam indiscriminadamente

todas as economias do planeta, que acabam por absorver os impactos da crise. Entretanto, as economias em desenvolvimento são as mais afetadas, pois o superávit comercial é fonte de recursos para o desenvolvimento econômico.

Os impactos da crise sobre o Brasil e primordialmente sobre o agronegócio do Paraná serão demonstrados com o suporte da estatística descritiva, que contribui para dar mais conteúdo empírico a pesquisa.

5. A IMPORTÂNCIA DO AGRONEGÓCIO PARA A ECONOMIA DO PARANÁ

Inicialmente é relatada a contribuição do agronegócio para a economia paranaense, a tabela 1 descreve os valores exportados pelo Paraná e a participação relativa das exportações do agronegócio sobre o total exportado pelo Paraná, para o período de 2000 a 2013 e realiza um comparativo com a participação do agronegócio nacional sobre o total exportado pelo País.

No cenário nacional, em 2000 o agronegócio foi responsável por 37% do total exportado, já em 2013 era proporção passou para 41%. Em 2008 essa proporção chegou ao ponto mínimo durante o período analisado, de 36%. A crise de 2008 elevou a proporção para seu ponto máximo, de 42%, isso revela um fato semelhante ao que ocorre com o agronegócio do Paraná que, em momentos adversos é o setor mais dinâmico.

Já o agronegócio do Estado, em 2000 foi responsável por 67% da receita do Estado com exportações e, financiar grande parte das importações dos insumos e produtos de alto valor agregado que o Paraná importa. Mesmo com essa larga proporção, o agronegócio continuou aumentando sua participação, com exceção dos períodos de 2005 a 2007 devido a uma

queda das exportações de soja e derivados. Após a crise financeira internacional e queda do ritmo do comércio global, o agronegócio se mostrou dinâmico e sofreu impactos menores com relação à perda de receita.

Em um cenário adverso, o agronegócio do Estado sofreu perda momentânea (em 2009) de 21% de receitas com as exportações, já os demais setores exportadores tiveram queda de 37% no valor exportado como reflexo da crise. Em 2013 o agronegócio foi responsável por 74% das exportações paranaenses, recebendo mais de US\$ 13,5 bilhões com vendas ao exterior. Além disso, o saldo da balança do agronegócio é mais de 600% maior que as importações, como podemos verificar no gráfico seguinte.

A linha com marcadores triangulares ilustra o saldo do agronegócio, positivo e cerca de US\$ 11 bilhões em 2011, 2012 e 2013. Apesar das importações do Agronegócio terem aumentado na última década, de pouco mais de US\$ 500 milhões para US\$ 1.500 milhões em 2013, ainda assim as importações do Agronegócio representaram apenas 15% das exportações do Setor.

A seguir é ilustrada a balança comercial desagregada, por principais produtos, que em forma agregada são: soja, milho, cana de açúcar e frango.

Em 2013, o complexo soja alcançou cifras de US\$ 6,1 bilhões com exportações e foi responsável por 45% das exportações do agronegócio. Em segundo lugar o setor de carnes com 18% e US\$ 2,5 bilhões, seguido pelo complexo sucroalcooleiro com 10% de participação e US\$ 1,3 bilhões.

Dentre esses produtos, são analisados os sete principais produtos da pauta exportadora do agronegócio em 2013 que juntos representam cerca de 82% do total exportado pelo Agronegócio.

Entre o período de 2000 a 2008 todos os produtos apresentam tendência de crescimento das exportações, assim como, à exceção do açúcar de cana em bruto, todos sofreram queda do valor exportado como reflexo da crise. A partir de 2009, novamente, todos os produtos apresentam crescimento das exportações.

Entretanto, há uma modificação estrutural na pauta exportadora do agronegócio do Estado. Em 2000 os principais produtos exportados são a soja em grãos e farelo de soja que juntos representam cerca de 45% do total exportado pelo agronegócio. Durante esse período os produtos mais elaborados como a carne de frango e seus derivados, óleo de soja, cereais, farinhas e preparações e o açúcar de cana representaram menos de 18%.

Já em 2013, a soja em grãos e o farelo de soja perderam importância relativa e representam cerca de 41% do total exportado, enquanto que os produtos de maior valor agregado elevaram sua importância relativa para 45%.

Em um cenário internacional de elevadas barreiras comerciais, principalmente sobre os produtos agrícolas mais elaborados, o agronegócio do Estado ganhou *market-share* de produtos de maior valor agregado. Isso é fruto do dinamismo do Setor, mesmo porque, é reconhecido o déficit relativo de infra-estrutura no estado do Paraná que, termina por elevar os custos de transporte determinando que o setor trabalhe com uma logística mais cara e menos eficiente.

Realizada a análise da pauta exportadora do agronegócio, são verificados no gráfico 4, os principais países compradores dos produtos do Estado, para tanto serão utilizadas amostras bienais, pois relatam mudanças mais significativas para os fins desta pesquisa.

A China se destaca como principal parceira do agronegócio paranaense. Isso vem ocorrendo devido à crescente demanda chinesa pela soja do Estado, sendo a principal compradora do produto. A estabilidade dessa demanda é fruto do incremento da renda da população chinesa, que está saindo do meio rural e indo para os grandes centros urbanos do país, como o gráfico 5 demonstra (WORLDBANK, 2013). Esse processo é o êxodo rural chinês, o mesmo que aconteceu no Brasil em décadas anteriores.

O gráfico ilustra o processo do êxodo rural chinês. Em 2011 a China se tornou uma nação em sua maior parte urbana, com 678 milhões de pessoas morando nos centros urbanos, mas, ainda com 660 milhões de pessoas morando no meio rural, baseados em condições de subsistência (WORLDBANK, 2013).

Com mais pessoas morando em centros urbanos, com maior acesso a renda e maior disponibilidade de produtos ao consumo, principalmente de alimentos, a população determina uma maior demanda por alimentos de base proteica. Em maior parte, derivados de oleaginosas e cereais, pois é relativamente a fonte proteica de menor custo, sendo ainda utilizados na formulação de rações animais para a produção de carnes e alimento lácteos.

Com uma população urbana em crescimento e todas as áreas cultiváveis na China já ocupadas, a importação de alimentos é uma forma de atender essa demanda doméstica. Outra questão, é que essa restrição física espacial determina que as terras cultiváveis sejam destinadas ao cultivo de alimentos com maior valor agregado, como alho, feijão, frutas, entre outros.

Esses fatos colaboram para que a China seja a principal compradora de soja do Paraná e desde 2010 importa mais de 70% de todo o produto destinado ao

mercado externo. Ainda, os chineses são importadores estáveis do óleo de soja e de frango *in natura* (COMEX – IPARDES, 2012).

Outro importante comprador do agronegócio do Paraná é Estados Unidos, em 2005 e 2006 foi o principal demandante, comprando cerca de U\$ 780 e U\$ 790 milhões, respectivamente. Porém, após a crise financeira suas importações retrocederam e perderam importância relativa para o Estado. Em 2009 as compras dos americanos somaram U\$ 346 milhões, ou seja, uma queda de 50%. Entretanto, continua figurando entre os principais parceiros do Estado.

A Rússia é a principal importadora do açúcar bruto do Estado, em 2011 importou 55% do total exportado, batendo um recorde de importação de açúcar desta natureza, cerca de U\$ 410 milhões. A Arábia Saudita é a principal importadora do frango *in natura* e responsável por 25% da produção destinada à exportação, cerca de U\$ 450 milhões (COMEX – IPARDES, 2012).

Já o Irã possui uma pauta de importação mais diversificada com relação aos produtos do Estado. Importante importador de frango, óleo de soja e milho. A Europa, devido às importações da Alemanha, França e Holanda que, são os principais importadores do farelo de soja com destino a produção de ração animal (COMEX – IPARDES, 2013).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa demonstra que o agronegócio é fundamental para a economia do Estado. Isso é evidenciado no saldo do Setor, pois o largo saldo positivo possibilita as importações de bens de maior valor agregado que o país importa, como bens de capital, além do petróleo, item básico para a

produção industrial de qualquer Estado e/ou País.

Outro fato importante que atesta o dinamismo do agronegócio é o comportamento do setor em momentos adversos como a crise de 2008. Além de sofrer impactos menores, se recuperou mais rapidamente e ainda passou a conquistar mercados de produtos com maior valor agregado como a carne de frango e o óleo de soja, esse fato ocorreu em momentos de elevadas barreiras comerciais.

Entretanto, Lourenço (2013) chama atenção para o fato de que a recuperação do agronegócio está sendo comprometida pela precariedade ou insuficiência em logística, principalmente em infraestrutura de armazenagem e transportes. Essa defasagem logística tem como principal vilão a opção pelo modal rodoviário para o escoamento da produção, modal que apresenta custos muito mais elevados que o modal ferroviário e ainda mais que o hidroviário.

Caixeta Filho (2010) deixa claro que para solucionar esse problema é necessária a mobilização do poder estatal em conjunto com as empresas do ramo agroindustrial para modernizar e desenvolver os sistemas de transporte. Uma vez solucionado esse problema, o Paraná elevará sua competitividade no cenário internacional, pois “dentro da porteira” o Estado é um dos produtores agrícolas mais eficientes do mundo.

Outro fato importante é a dependência das importações chinesas, pois a teoria microeconômica evidencia os impactos negativos quando há um poder de monopólio sobre um mercado. As importações chinesas ainda não a qualificam como tal, porém é preocupante, pois em 2011 importou 39% e em 2013 cerca de 45% do total exportado pelo agronegócio do Estado.

Isso enfatiza a necessidade de diversificar a pauta exportadora do estado,

além de incitar a busca por novos mercados. Novamente o Estado e os empresários

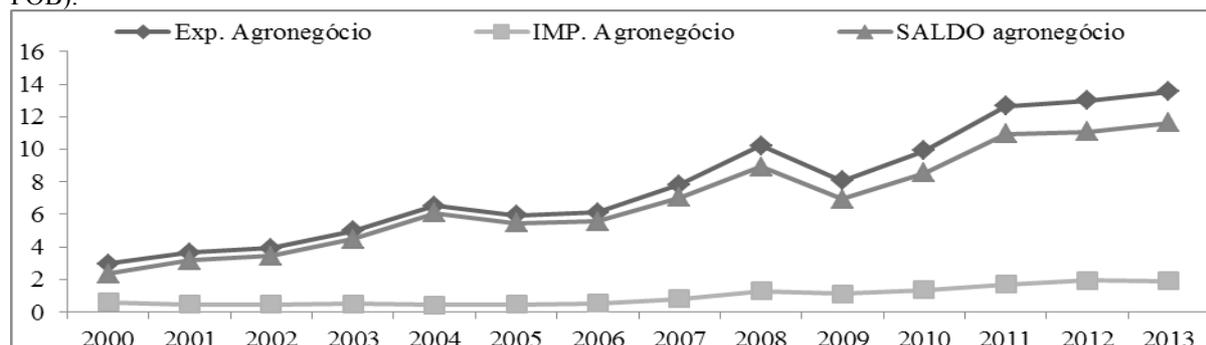
devem atuar em conjunto para alcançar resultados mais significativos e abrangentes.

TABELA 1: TOTAL DAS EXPORTAÇÕES DO PARANÁ E DO AGRONEGÓCIO (MILHÕES US FOB), PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO AGRONEGÓCIO SOBRE O TOTAL E PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO AGRONEGÓCIO NACIONAL SOBRE O TOTAL EXPORTADO PELO BRASIL (2000-2013).

ANO	TOTAL	AGRONEGÓCIO	Part. (%) - PR	Part. (%) - BRA
2000	4.394	2.954	67	37
2001	5.320	3.639	68	41
2002	5.702	3.914	69	41
2003	7.157	4.985	70	42
2004	9.405	6.514	69	40
2005	10.033	5.954	59	37
2006	10.016	6.105	61	36
2007	12.352	7.845	64	36
2008	15.247	10.222	67	36
2009	11.222	8.065	72	42
2010	14.175	9.908	70	38
2011	17.394	12.651	73	37
2012	17.709	13.011	73	39
2013	18.239	13.546	74	41

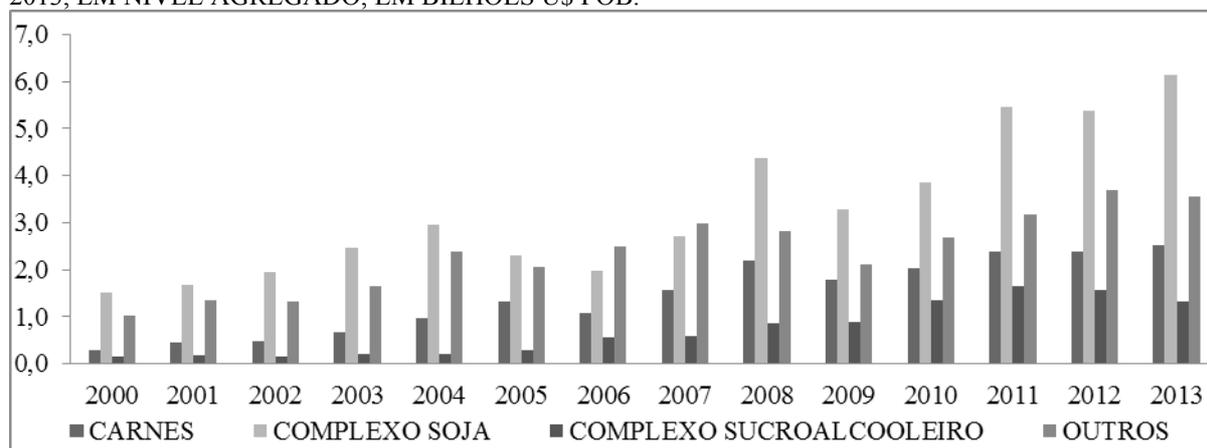
Fonte: Elaboração própria, dados disponíveis em SECEX/MDIC; Agrostat – Mapa, 2014.

GRÁFICO 1: EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E SALDO DO AGRONEGÓCIO (2000 A 2013, BILHÕES US FOB).



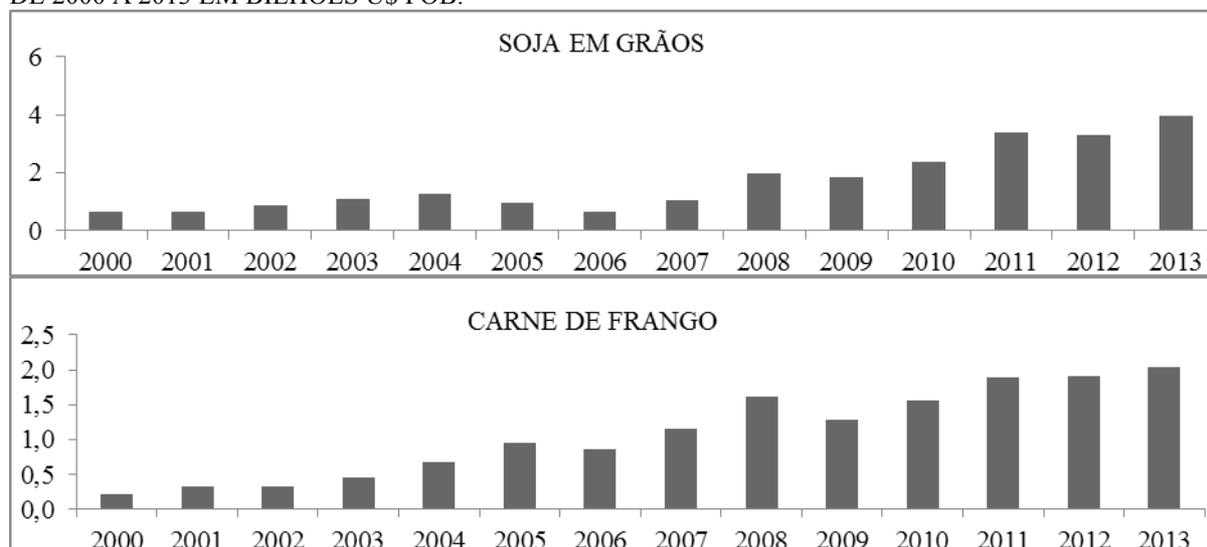
Fonte: Elaboração própria, dados disponíveis no Agrostat - MAPA, 2014.

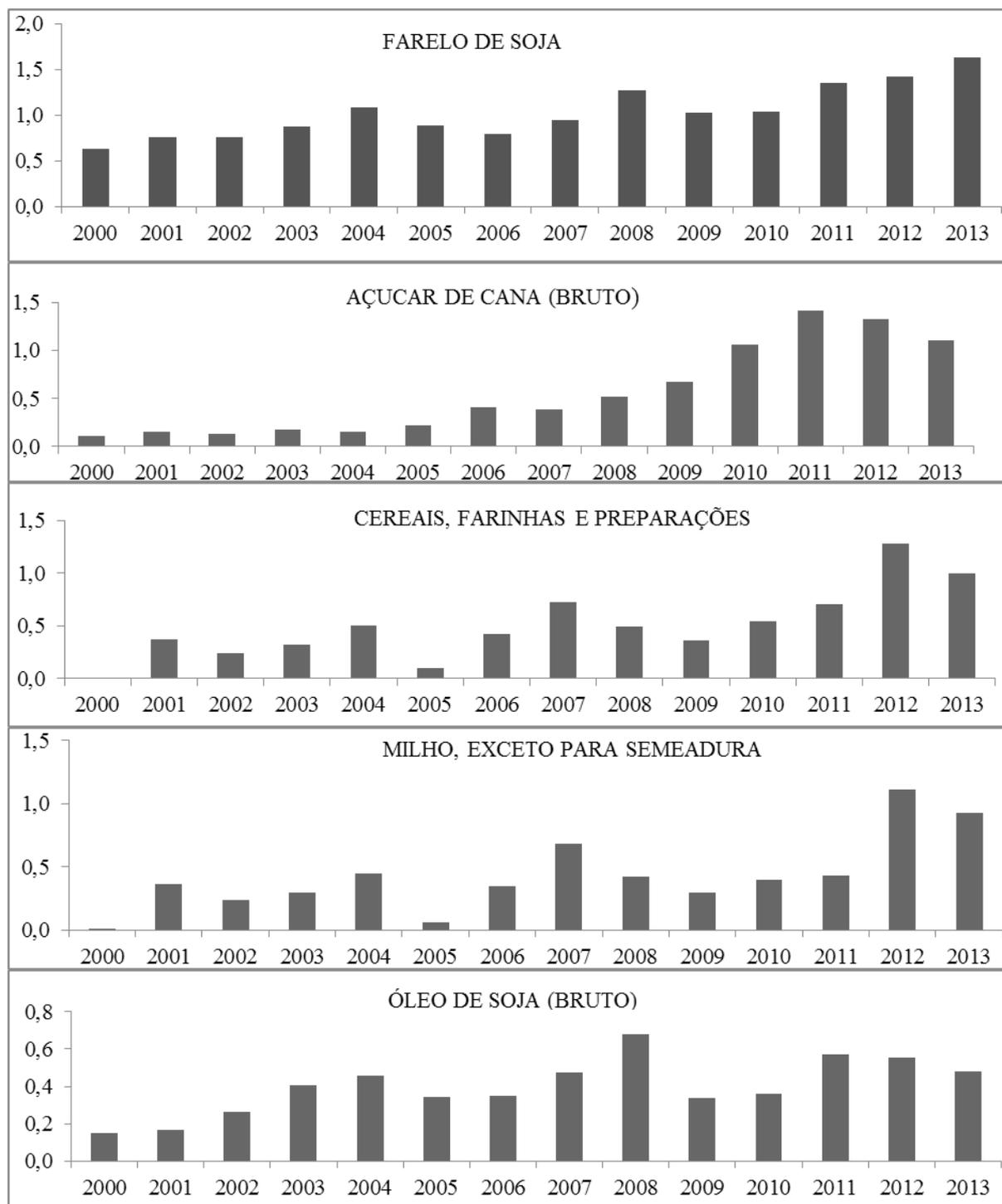
GRÁFICO 2: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PELO AGRONEGÓCIO DO PARANÁ DE 2000 A 2013, EM NÍVEL AGREGADO, EM BILHÕES US\$ FOB.



Fonte: Elaboração própria, dados disponíveis no Agrostat – MAPA, 2014.

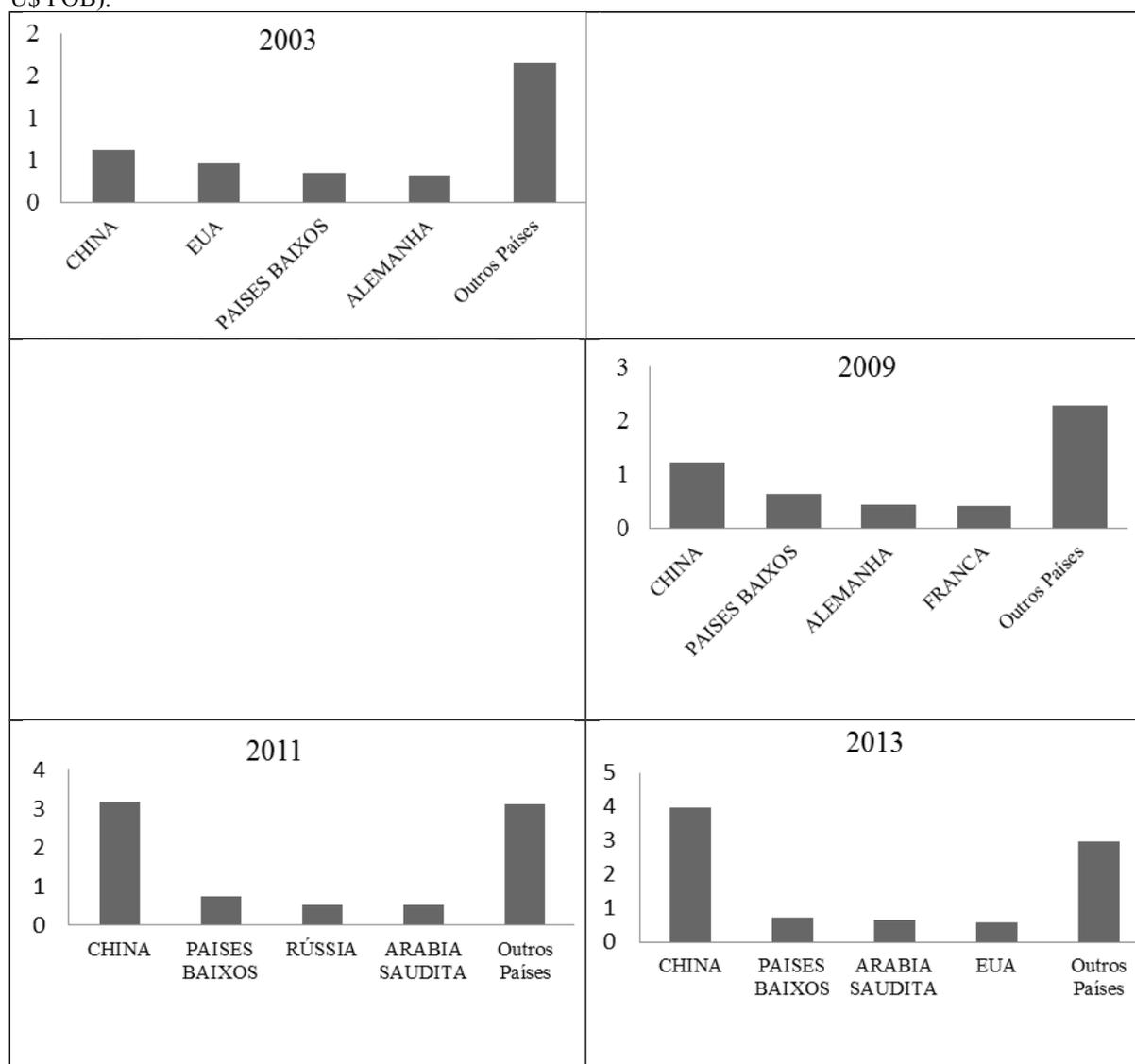
GRÁFICO 3: SÉRIE DE GRÁFICOS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PELO AGRONEGÓCIO, DE 2000 A 2013 EM BILHÕES US\$ FOB.





Fonte: Elaboração própria, dados disponíveis em ALICEWEB, 2014.

GRÁFICO 4: SÉRIE DOS PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO PARANAENSE, PARA OS PERÍODOS SELECIONADOS, 2003, 2005, 2007, 2009, 2011 E 2013 (EM BILHÕES U\$ FOB).



Fonte: Elaboração própria, dados disponíveis no Agrostat – MAPA, 2014.

Referências

- ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de agronegócios**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- BAER, W. **A economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996. 416 p.
- BAUMANN, R.; CANUTO, O.; GONÇALVES, R. **Economia internacional: teoria e experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 2004, 392p.
- BRAUN, M. B. S. **Política Comercial e a Inserção da Agricultura Brasileira no Mercado Internacional**. Tese de doutorado. Universidad de Leon (Espanha), 2004.
- BRUE, S. L. **História do Pensamento Econômico**. 6ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- BRUM, A. L. **A Economia Internacional na Entrada do Século XXI: transformações irreversíveis**. 2ª ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.
- CAIXETA-FILHO, J. V. **Logística para a agricultura brasileira**. Revista Brasileira de Comércio Exterior, v. 103, p. 18-30, 2010.
- CARDIM DE CARVALHO, F. **Entendendo a crise financeira global**. Artigo escrito para o IBASE, Instituto de Análises Sociais e Econômicas. Out. 2008, Disponível em: <www.ppge.ufrgs.br/akb/clipping/9.pdf>, acesso em: 24 Fev. 2014.
- CASTILHO, M. R. **Barreiras não-tarifárias: o caso da imposição de restrições ambientais sobre as exportações brasileiras de papel e celulose**. 1994. 106p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.
- COGO, C. **Projeções do Agronegócio para 2014/2015 no Brasil e no Mundo: Palestra proferida na Expo Toledo e 8º Internacional**. Centro Ismael Sperafigo, Toledo – PR, 11 Out. 2013.
- COMEX- **Boletim de Comércio Exterior**. IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimentos econômico. Vários volumes.
- FAO. **Food and Agriculture Organization**. Disponível em: <<http://faostat.fao.org/site/339/default.aspx>>. Acesso 29 Jan. 2014.
- FARHI, Maryse. **Double Dip: A Recuperação Econômica em Questão**. In: Fernando Ferrari Filho e Luiz Fernando de Paula. (Org.). **A Crise Financeira Internacional: Origens, desdobramentos e perspectivas**. 1ed. São Paulo: Editora UNESP, 2012, v. , p. 35-40.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 8. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1980.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**: 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- GONÇALVES, R.; BAUMAN, R.; PRADO, L. C. D.; CANUTO, O. **A nova Economia Internacional: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1998. 372 p.

HIDALGO, A B., VERGOLINO, J.R.. **O nordeste no comércio inter-regional e internacional**: Um teste dos impactos por médio do modelo gravitacional, *Economia Aplicada* v.2 , n.4 p.707-725., 1998.

ICONE: **Instituto do Comércio e das Negociações Internacionais**. 2013 Disponível em: <<http://www.iconebrasil.org.br/>> Acesso em: 26 Fev. 2014.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Boletim de comércio exterior**, n.5, 2001. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/comex/comex_2001.pdf> Acesso em: 31 Mar. 2014.

KENEN, P. B (Princeton University). **Economia Internacional – Teoria e Política**, tradução da terceira Edição. Rio de Janeiro: Campus,. 1998, p. 1-69, 197-345, 504-560.

KRUGMAN, P. **Internacionalismo Pop**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, 213 p.

KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M. **Economia internacional**: teoria e política. 5ª. ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

LIST, F. G. **Sistema Nacional de Economia Política**: 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

LOURENÇO, G. M. . **Agronegócio no Paraná**: oportunidades e ameaças. In: Marina Silva da Cunha; Pery Francisco Assis Shikida; Weimar Freire da Rocha Junior. (Org.). *Agronegócio paranaense: Potencialidades e Desafios*. Cascavel: Edunioeste, 2002, p. 11-31.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Barreiras técnicas às exportações**: O que são e como superá-las. INMETRO, 2002. 22p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC)/ SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR (SECEX).

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Romário. **HISTÓRIA DO PARANÁ**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995. 504 p.

MOLLO, M. L. R. . **Crise e Deflação de Ativos**: Por que?. In: Fernando Ferrari Filho;

Luiz Fernando de Paula. (Org.). *A Crise Financeira Internacional - origens, desdobramentos e perspectivas*. 1ed.São Paulo: Editora da UNESP, 2012, v. , p. 13-16.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SEED, 2001. 107 p.

PANOBIANCO, Daniel. **ESPECIAL - 35 ANOS DA GEADA DE 1975 : Entenda o que foi a Geada Negra que dizimou todas as plantações de café do Paraná**. REVISTA CAFFEICULTURA, 2010. Disponível em < <http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?mat=34022> > Acesso em: 01 Fev. 2014.

RIPPEL, R. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Paraná**: uma análise de 1950 a 2000. Tese de Doutorado em Demografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas – SP, 2005.

STADUTO, J. A. R. ; SHIKIDA, P. F. A. ; BACHA, C. J. C. . **Alteração na composição da mão-de-obra assalariado na agropecuária brasileira**. Agricultura em São Paulo, São Paulo, v. 51, n.2, p. 57-70, 2004.

SEIM. SECRETÁRIA ESTADUAL DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E ASSUNTOS DE MERCOSUL. 2013 Disponível em<:<http://www.seim.pr.gov.br/>> Acesso em: 03 Mar. 2014.

SISTEMA ALICE. **Sistema de análise das informações de comércio exterior**. 2012. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>>. Acesso em: 10 Jan. 2014.

UNITED STATES, DEPARTMENT OF AGRICULTURE: **Livestock and Poultry**: World market and Trades. Out. 2011 28p.

WTO. **World Trade Organization**. 2013. Disponível em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/agric_e/agric_e.htm>. Acesso em: 03 Mar. 2014.

*Recebido em 30/06/2014
Aprovado em 15/07/2014*